

**CENÁRIO ETNOLINGUÍSTICO: AS LÍNGUAS NATIVAS REMANESCENTES NOS
MUNICÍPIOS DE SANTO ANTÔNIO DO IÇA E AMATURÁ NA MICRORREGIÃO DO
ALTO-SOLIMÕES/AM**

**ETHNOLINGUISTIC SCENARIO: THE REMAINING NATIVE LANGUAGES IN THE
MUNICIPALITIES OF SANTO ANTÔNIO DO IÇA AND AMATURÁ IN THE
MICROREGION OF ALTO-SOLIMÕES/AM**

**ESCENARIO ETNOLINGÜÍSTICO: LAS LENGUAS NATIVAS REMANENTES EN LOS
MUNICIPIOS DE SANTO ANTÔNIO DO IÇA Y AMATURÁ EN LA MICRORREGIÓN DEL
ALTO-SOLIMÕES/AM**



10.56238/revgeov16n5-264

Emilly Guimarães Oliveira

Graduada em Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa

Instituição: Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

E-mail: millyolliver386@gmail.com

Edinelza Macedo Ribeiro

Doutora em Desenvolvimento Sustentável

Instituição: Universidade de Brasília, Universidade do Amazonas (UEA)

E-mail: emacedo@uea.edu.br

RESUMO

O presente artigo destaca a importância do estudo da etnolinguística no Amazonas. Sob essa lógica, os pressupostos da etnolinguística conectam-se com o entendimento do estudo da linguagem com relação à cultura. Nesse contexto, o objetivo geral do estudo, propôs-se a investigar o futuro das línguas nativas remanescentes nos municípios de Santo Antônio do Içá e Amaturá, localizados na microrregião do Alto-Solimões (AM), com foco na sustentabilidade linguística no contexto da educação superior. O processo analítico-metodológico do estudo foi subsidiado na construção de cenários prospectivos de Godet (2000), viabilizado pelo levantamento bibliográfico. Os resultados apontam que em ambos os municípios, existem uma diversidade linguística amazônica que constitui um patrimônio imaterial de valor inestimável, mas que enfrenta riscos reais de desaparecimento diante da falta de políticas públicas eficazes. A sustentabilidade dessas línguas exige ações articuladas entre Estado, universidades e comunidades indígenas, priorizando a formação de professores bilíngues, políticas educacionais inclusivas.

Palavras-chave: Etnolinguística. Sustentabilidade. Línguas Nativas.

ABSTRACT

This article highlights the importance of studying ethnolinguistics in the Amazon. Under this logic, the assumptions of ethnolinguistics connect with the understanding of the study of language in relation to culture. In this context, the general objective of the study was to investigate the future of the remaining native languages in the municipalities of Santo Antônio do Içá and Amaturá, located in the



Alto-Solimões microregion (AM), focusing on linguistic sustainability in the context of higher education. The analytical-methodological process of the study was based on the construction of prospective scenarios by Godet (2000), made possible by a bibliographic survey. The results indicate that in both municipalities, there is an Amazonian linguistic diversity that constitutes an invaluable intangible heritage, but which faces real risks of disappearance due to the lack of effective public policies. The sustainability of these languages requires coordinated actions between the State, universities, and indigenous communities, prioritizing the training of bilingual teachers and inclusive educational policies.

Keywords: Ethnolinguistics. Sustainability. Native Languages.

RESUMEN

Este artículo destaca la importancia del estudio de la etnolingüística en la Amazonía. Bajo esta lógica, los supuestos de la etnolingüística se conectan con la comprensión del estudio de la lengua en relación con la cultura. En este contexto, el objetivo general del estudio fue investigar el futuro de las lenguas nativas remanentes en los municipios de Santo Antônio do Içá y Amaturá, ubicados en la microrregión del Alto-Solimões (AM), con un enfoque en la sostenibilidad lingüística en el contexto de la educación superior. El proceso analítico-metodológico del estudio se basó en la construcción de escenarios prospectivos de Godet (2000), posibilitada por una revisión bibliográfica. Los resultados indican que en ambos municipios existe una diversidad lingüística amazónica que constituye un patrimonio inmaterial invaluable, pero que enfrenta riesgos reales de desaparición debido a la falta de políticas públicas efectivas. La sostenibilidad de estas lenguas requiere acciones coordinadas entre el Estado, las universidades y las comunidades indígenas, priorizando la formación de docentes bilingües y políticas educativas inclusivas.

Palabras clave: Etnolingüística. Sostenibilidad. Lenguas Nativas.



1 INTRODUÇÃO

O estudo reconhece que a Amazônia está inserida em um contexto global e nacional marcado por interesses econômicos e políticos que afetam diretamente a preservação das culturas e línguas indígenas. Nessa perspectiva, a pesquisa adota uma abordagem multidisciplinar e sistêmica, fundamentada na teoria dos cenários de Michel Godet (2000), que compreende o “cenário” como uma narrativa prospectiva capaz de projetar futuros possíveis. O objetivo foi investigar o futuro das línguas nativas remanescentes nos municípios de Santo Antônio do Içá e Amaturá localizados na microrregião do Alto-Solimões, analisar a sustentabilidade linguística no contexto da educação superior. Baseando-se em Fritjof Capra (2002), Ignacy Sachs (2006) e Lyons (1987), entende-se que a língua, a cultura e o meio ambiente formam um sistema interdependente, no qual a sustentabilidade resulta do equilíbrio e da inclusão de todas as partes envolvidas. Os pressupostos da etnolinguística, Lyons (1987), recebe um foco especial na presente pesquisa, por tratar a linguagem como expressão da identidade cultural dos povos. O estudo também dialoga com Rodrigues (1993), ao reconhecer que a dizimação linguística iniciada no período colonial ainda persiste e requer políticas públicas concretas para garantir a continuidade dos idiomas indígenas. A diversidade etnolinguística amazônica revela uma complexidade que ultrapassa o número de línguas faladas, refletindo as relações entre língua, território e memória coletiva. Assim, a pesquisa defende que o ensino bilíngue e intercultural, previsto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (2000), é essencial para a valorização dessas línguas e para a formação de professores indígenas qualificados. Ao propor cenários futuros das línguas nativas remanescentes para alguns dos municípios da microrregião do Alto-Solimões, espera-se que este estudo possa propor reflexões no contexto da sustentabilidade tanto nas dimensões ambientais, culturais, políticas, sociais e econômicas, promovendo o fortalecimento identitário e a autonomia das comunidades em estudo. Por fim, reafirma-se que a sustentabilidade etnolinguística é um compromisso ético e político com a diversidade cultural e com a memória dos povos originários da Amazônia.

2 ETNOLINGUÍSTICA E A SUSTENTABILIDADE DAS LÍNGUAS INDÍGENAS

A etnolinguística, campo que estuda as relações entre língua, cultura e sociedade, constitui o eixo central da presente pesquisa, pois permite compreender as línguas indígenas como expressões simbólicas da memória, da história e da cosmovisão de cada povo. Conforme Sousa e Antunes (2017), a linguagem é o meio pelo qual o ser humano interpreta o mundo, sendo, portanto, inseparável da cultura que a molda. Nesse sentido, a investigação sobre as línguas remanescentes da microrregião do Alto-Solimões - especialmente nos municípios de Santo Antônio do Içá e Amaturá - visa não apenas descrevê-las estruturalmente, mas também compreender seus vínculos com as práticas culturais, os territórios e os modos de vida de seus falantes.



Historicamente, a colonização e as políticas assimilacionistas impostas pelo Estado brasileiro contribuíram para a dizimação de cerca de 80% das línguas nativas, restando atualmente pouco mais de 180 idiomas indígenas em uso (RODRIGUES, 2013). O processo de apagamento linguístico reflete a perda de territórios, de práticas tradicionais e de autonomia política, o que demonstra a interdependência entre língua e território, como observa Pereira (201, p. 15): “o território é a condição para a vida dos povos indígenas, não somente no sentido material, mas como o ambiente em que se desenvolvem todas as formas de vida”. Dessa forma, preservar uma língua implica, necessariamente, garantir o espaço físico e simbólico no momento de manifestar-se.

Por meio das investigações no estudo, observou-se que as ameaças às línguas indígenas decorrem tanto de fatores históricos quanto contemporâneos, como o avanço da urbanização, o contato interétnico, a ausência de políticas linguísticas inclusivas e o predomínio do português como língua hegemônica. Tais fatores produzem o fenômeno da substituição linguística, em que as novas gerações deixam de utilizar a língua materna, comprometendo sua continuidade. Para Ribeiro e Ferreira (2020), a sustentabilidade etnolinguística requer uma articulação entre língua e história, de modo a identificar os troncos linguísticos, registrar os idiomas e compreender as dinâmicas sociais que influenciam seu uso cotidiano.

Sendo o Brasil considerado um país multilíngue, embora socialmente predomine o monolinguismo, Rodrigues (2013) evidencia que cerca de 180 línguas indígenas são faladas como maternas, número que representa apenas uma fração das mais de 700 línguas existentes no início da colonização. Essa perda expressiva revela um processo de erosão cultural e cognitiva que, segundo Rodrigues (2015), ameaça todas as línguas indígenas brasileiras. O caso dos Tikuna, maior grupo indígena da Amazônia, exemplifica a resistência cultural e linguística: com aproximadamente 23 mil falantes distribuídos entre o Brasil, o Peru e a Colômbia, o povo Tikuna mantém viva sua língua por meio de práticas comunitárias, fortalecimento identitário e ações educativas bilíngues.

A perda de uma língua, portanto, não se restringe à ausência de um código de comunicação, mas implica o desaparecimento de um modo particular de ver e organizar o mundo. Isidoro (2006) aponta que a perda da identidade linguística acompanha a usurpação territorial e a imposição de uma língua dominante, fenômeno que resulta na assimilação forçada dos povos indígenas. Essa dinâmica é também uma forma de colonialismo linguístico, pois desloca o indígena de seu próprio universo simbólico, enfraquecendo sua cultura e espiritualidade.

A pesquisa salienta que a sustentabilidade linguística depende da conjunção entre políticas públicas, participação comunitária e reconhecimento institucional. É necessário que o Estado promova o ensino bilíngue e intercultural, que as universidades formem professores indígenas aptos a atuar nas próprias comunidades e que as línguas sejam incluídas em documentos oficiais, assegurando seu prestígio e continuidade. Essa visão dialoga com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 2000),



os quais orientam que a educação indígena deve ser bilíngue, intercultural e voltada à valorização das identidades étnicas e das tradições orais.

Segundo dados da UNESCO (2003), cerca de 90% das línguas indígenas do mundo correm risco de extinção até o final do século XXI. No Brasil, o quadro é igualmente preocupante: o país ocupa o terceiro lugar no ranking mundial de línguas ameaçadas, mesmo sendo uma das nações mais ricas em diversidade linguística. Essa situação exige ações urgentes de documentação, registro e revitalização das línguas, de modo que elas possam ser transmitidas às novas gerações.

De acordo com Rodrigues (2015), todas as línguas indígenas do Brasil estão ameaçadas de extinção. Os Tikuna ou Tukuna são o povo com maior número de falantes na Amazônia, com população de cerca de 23.000 pessoas estabelecidas ao longo do rio Solimões, desde a foz do Jutai até a fronteira com o Peru e com a Colômbia (há cerca de 4.500 Tikuna no Peru e outros na Colômbia).

Isidoro (2006) ao analisar essa questão fala da conexão existente entre língua e o habitat dos costumes desses povos, considerando perda da identidade forçando-os a assimilação de costumes da sociedade não indígena, como consequência da usurpação de suas terras. A terra é fator fundamental de resistência dos povos indígenas. De acordo com Pereira (2011), o território é a condição para a vida dos povos indígenas, não somente no sentido de bem material ou lugar de produção, mas como o ambiente em que se desenvolvem todas as formas de vida. O território garante a possibilidade e o sentido da vida individual e coletiva.

Diante disso, para Baniwa:

“Podemos definir terra como o espaço geográfico que compõe o território, onde este é entendido como um espaço do cosmos, mais abrangente e completo. Para os povos indígenas, o território compreende a própria natureza dos seres naturais e sobrenaturais, onde o rio não é simplesmente o rio, mas inclui todos os seres, espíritos e deuses que nele habitam. No território, uma montanha não é somente uma montanha, ela tem significado e importância cosmológica sagrada. Terra e território para os índios não significam apenas o espaço físico e geográfico, mas sim toda a simbologia cosmológica que carrega como espaço primordial do mundo humano e do mundo dos deuses que povoam a natureza.” (BANIWA, 2006, p. 101).

Dessa forma, não se perde apenas a língua, sua estrutura e sua sintaxe, mas também o modo único de ver e significar o mundo, e uma vez que se tira do povo o direito a suas terras, está se tirando sua vida e seu mundo natural e próprio.

Conforme Rodrigues (2001), existe grande diversidade entre as línguas indígenas do Brasil, principalmente de natureza genética, a qual permite classificá-las em conjuntos com origem comum mais próxima ou mais remota. Embora se tenha perdido, durante a colonização, grande quantidade de línguas nativas, hoje ainda há no Brasil riqueza linguística. As línguas indígenas do Brasil dividem-se em dois grandes troncos linguísticos: Macro-Tupi e Macro-Jê, mas além desses troncos há cerca de outras 19 famílias linguísticas.



Rodrigues (2013) salienta que as línguas são classificadas em famílias segundo critérios genéticos. Situam-se em uma mesma família línguas para as quais há evidência científica de que derivam, por evolução ao longo do tempo, de uma mesma língua no passado, mais ou menos remoto, mantendo determinado nível de afinidade em sua gramática e em seu léxico. Há famílias que, por sua vez, revelam afinidade genética em nível mais remoto e constituem uma unidade mais ampla, que se chamam troncos linguísticos.

A análise da microrregião do Alto-Solimões mostra que os municípios de Santo Antônio do Içá e Amaturá reúnem expressiva diversidade linguística, abrigando povos como os Tikuna, Kokama, Kambeba, Kanamari e Witoto. Cada um desses grupos enfrenta desafios específicos de manutenção de sua língua, seja pela pressão do português, pela ausência de material didático bilíngue ou pela falta de professores capacitados. Apesar disso, observa-se um movimento de resistência e revalorização das línguas, impulsionado por lideranças locais e instituições de ensino superior, a exemplo disso, a Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

A metodologia de cenários prospectivos, inspirada em Michel Godet (2000), orientou a análise dos possíveis futuros para as línguas nativas que ainda remanescem nos municípios pesquisados, propondo estratégias de algumas dimensões sustentáveis. Essa perspectiva permite compreender que o futuro linguístico dos povos indígenas depende não apenas de ações de preservação, mas de políticas públicas que promovam a autonomia e a autodeterminação dessas comunidades. Assim, a etnolinguística assume um papel político e epistemológico essencial, funcionando como ponte entre o saber científico e os conhecimentos tradicionais.

Em síntese, o estudo reafirma que a preservação das línguas indígenas deve ser entendida como uma forma de resistência cultural e de reafirmação da identidade. Ao articular sustentabilidade, diversidade linguística e políticas educacionais, o trabalho contribui para repensar o papel das universidades instaladas na Amazônia e do papel do Estado quanto a proteção do patrimônio imaterial amazônico. A revitalização das línguas nativas não é apenas um ato de memória, mas uma estratégia de sobrevivência cultural frente à homogeneização imposta pela globalização e pelo modelo ocidental de desenvolvimento.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir da exposição dos principais conceitos que asseguram os fundamentos da pesquisa, serão analisados a seguir, alguns indicadores conjunturais socioeconômicos e educacionais, pois a sustentabilidade etnolinguística requer uma articulação entre língua e história, de modo a identificar os troncos linguísticos, registrar os idiomas e compreender as dinâmicas sociais que influenciam seu uso cotidiano.



De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2022), os municípios de Santo Antônio do Içá e Amaturá, localizados no estado do Amazonas, apresentam uma presença significativa de indígenas cursando o ensino superior, refletindo avanços importantes no acesso à educação por parte dessas populações.

Em Santo Antônio do Içá, entre os indígenas com 18 anos ou mais que ainda frequentavam a escola, 132 estavam matriculados em cursos de graduação, 20 cursavam especialização, 12 estavam no mestrado e 2 no doutorado. Além disso, o número de indígenas com o ensino superior completo no município chegou a 442 pessoas, sendo 185 homens e 256 mulheres. Esses números evidenciam não apenas a busca crescente por formação acadêmica, mas também a presença expressiva de mulheres indígenas na educação superior.

Já no município de Amaturá, os dados mostram que 212 indígenas maiores de 18 anos estavam cursando a graduação, 5 faziam especialização e 1 estava no mestrado. Nenhum indígena cursava doutorado até o momento da pesquisa. No total, 244 indígenas já haviam concluído o ensino superior, sendo 112 homens e 132 mulheres. O número, embora menor que o de Santo Antônio do Içá, revela um processo contínuo de inserção das populações indígenas no ensino superior, com destaque novamente para a presença feminina.

As diretrizes dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para a educação indígena ressaltam a importância de um ensino bilíngue e intercultural, destacando que é fundamental que as comunidades tenham acesso ao conhecimento acadêmico sem perder sua identidade linguística e cultural (PCN, 2000). Dessa forma, a inserção das línguas indígenas no ensino superior dos municípios estudados pode ser uma estratégia eficaz para a valorização dessas culturas.

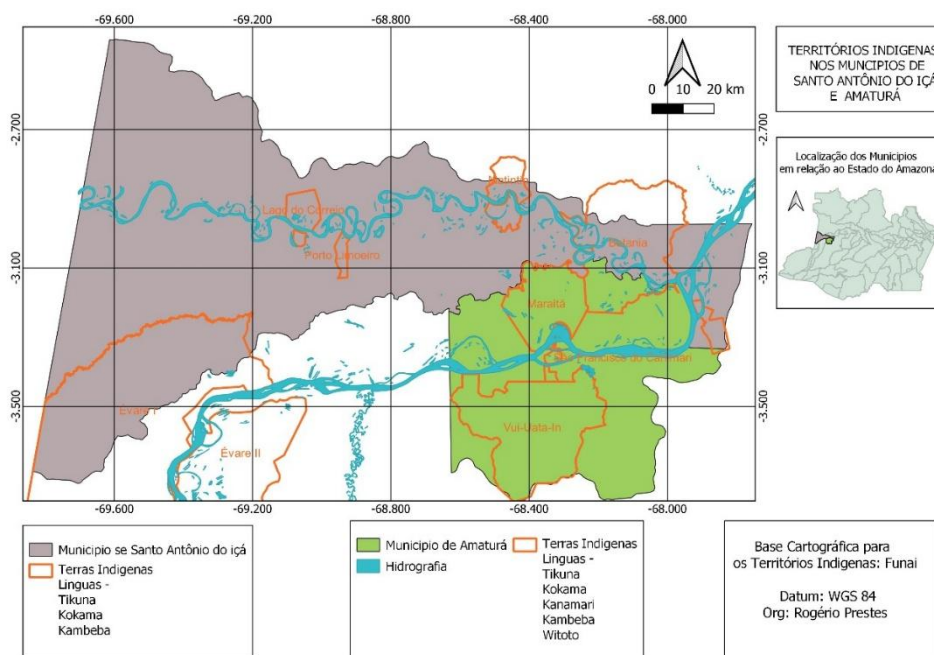
A microrregião do Alto-Solimões, localizada no extremo oeste do Amazonas, constitui um dos mais complexos mosaicos étnico-linguísticos da Amazônia brasileira. A pesquisa concentrou-se nos municípios de Santo Antônio do Içá e Amaturá, cujas populações apresentam ampla diversidade de povos e línguas, com destaque para Tikuna, Kokama, Kambeba, Kanamari e Witoto. Esses idiomas expressam não apenas sistemas linguísticos distintos, mas também formas de organização social, espiritualidade e conhecimento tradicional profundamente enraizadas nos territórios que ocupam.

Em Santo Antônio do Içá, com população estimada em cerca de 21 mil habitantes (IBGE, 2021), identificam-se como principais línguas indígenas o Tikuna, o Kokama e o Kambeba. O município apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) considerado baixo (0,496), o que reflete desigualdades estruturais que também impactam o campo educacional e a vitalidade linguística. A pesquisa revela que a pressão da língua portuguesa, o deslocamento das famílias para áreas urbanas e a ausência de políticas bilíngues consistentes têm contribuído para o enfraquecimento do uso cotidiano das línguas indígenas. Apesar disso, o povo Tikuna mantém práticas linguísticas vivas,



sobretudo em espaços comunitários e rituais tradicionais, reafirmando sua identidade através da oralidade.

Figura 1 - Base Cartográfica para os Territórios Indígenas: FUNAI/Municípios de Santo Antônio do Içá e Amaturá.



Fonte: Funai; DATUM: WGS 84; Org: Rogério Prestes

O município de Amaturá, com aproximadamente 11.700 habitantes (IBGE, 2020), apresenta maior diversidade linguística, com a presença das línguas Tikuna, Kokama, Kambeba, Kanamari e Witoto. O nome do município, de origem indígena “Aturá”, simboliza as conexões entre língua e território. O estudo identificou que, embora a língua Tikuna ainda seja amplamente falada, os idiomas Kokama e Kambeba passam por processos acelerados de substituição linguística, especialmente entre os jovens. Já as línguas Kanamari e Witoto resistem em núcleos familiares e comunitários restritos, o que reforça a urgência de ações educativas bilíngues e de documentação linguística

A importância de propor alternativas de materiais didáticos e metodológicos como forma de viabilizar a sustentabilidade linguística das línguas identificadas nos municípios estudados, foram propostas simbolicamente como “Árvores Linguísticas”. F.1 e F2, Nesse contexto, podem ser representadas como metáforas da vitalidade cultural: o tronco representa os troncos linguísticos, as raízes indicam as línguas ancestrais e os galhos simbolizam as derivações ou conexões culturais entre os povos. Essa forma de representação tem se mostrado eficaz tanto no campo pedagógico quanto na divulgação científica, pois traduz visualmente as relações entre língua, território e ancestralidade.

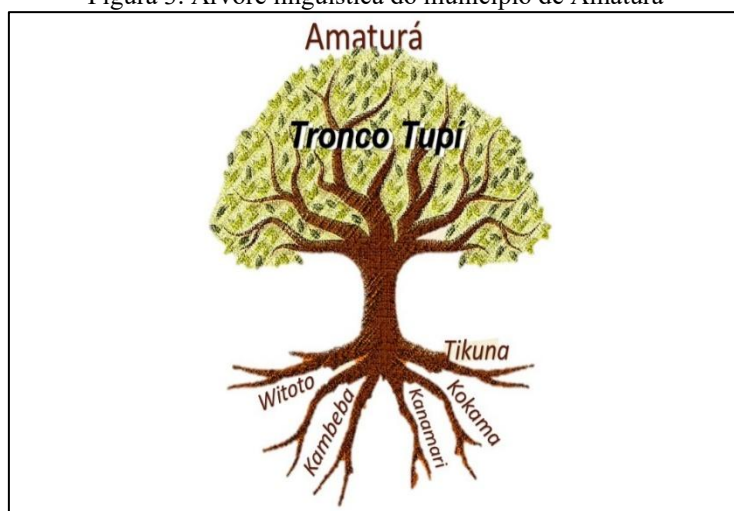


Figura 2. Árvore linguística do município de Santo Antônio do Içá



Fonte: Rogério Preste, 2025

Figura 3. Árvore linguística do município de Amaturá



Fonte: Rogério Prestes, 2025

O estudo confirma que a língua Tikuna é um idioma isolado, sem vínculo comprovado com outras famílias linguísticas conhecidas, embora tenha sido associada, sem confirmação, ao tronco Macro-Tukano (SOARES, 2021). Os Kokama e Kambeba pertencem à família Tupi-Guarani, compartilhando traços linguísticos e culturais, mas enfrentam acentuado risco de desaparecimento. A língua Kanamari, da família Katukina, e o idioma Witoto, da família homônima, complementam o quadro de diversidade da microrregião, compondo um conjunto que reflete tanto a riqueza quanto a vulnerabilidade das línguas amazônicas.

As análises sugerem que a perda progressiva das línguas está relacionada ao avanço da escolarização monolíngue, ao deslocamento populacional e à ausência de formação docente específica. A presença de professores indígenas bilíngues, o fortalecimento da autonomia pedagógica das comunidades e o uso das línguas em espaços públicos e acadêmicos são fatores determinantes para a reversão desse quadro.

Por outro lado, observa-se que iniciativas locais, apoiadas por universidades e programas de pesquisa como o PAIC-AM, vêm promovendo ações de registro e valorização das línguas indígenas,



demonstrando que a revitalização é possível quando há articulação entre saberes científicos e saberes tradicionais.

Portanto, o mapeamento etnolinguístico dos municípios de Santo Antônio do Içá e Amaturá revela um cenário de ameaça e resistência simultâneas. Enquanto algumas línguas se encontram em declínio, outras persistem como expressões vivas da identidade coletiva e como instrumentos de resistência cultural. Assim, a preservação das línguas nativas deve ser tratada como prioridade política, educacional e ética, visto que cada idioma carrega consigo uma visão única do mundo, um repertório de saberes ancestrais e uma memória social que enriquece o patrimônio cultural da Amazônia.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre as línguas indígenas remanescentes na microrregião do Alto-Solimões evidencia que a etnolinguística é um campo essencial para compreender a interdependência entre língua, cultura, identidade e território. A análise dos municípios de Santo Antônio do Içá e Amaturá revelou um quadro linguístico complexo, marcado simultaneamente pela resistência e pela ameaça de extinção de vários idiomas. Esses municípios, que abrigam povos como os Tikuna, Kokama, Kambeba, Kanamari e Witoto, expressam a riqueza da diversidade cultural amazônica e demonstram que a língua é mais do que um instrumento de comunicação é um patrimônio imaterial e um símbolo de pertencimento coletivo.

Os resultados apontaram que, embora exista um movimento crescente de valorização das línguas nativas, impulsionado por lideranças locais e por instituições como a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), a ausência de políticas públicas consistentes ainda representa um obstáculo à sustentabilidade etnolinguística. A metodologia de cenários prospectivos proposta por Godet (2000) mostrou-se relevante ao permitir visualizar futuros possíveis para essas línguas, considerando variáveis sociais, educacionais e culturais. Assim, o futuro das línguas indígenas depende de ações integradas que envolvam o Estado, as universidades e as próprias comunidades, especialmente por meio da formação de professores bilíngues, da produção de materiais didáticos em língua materna e da inclusão dessas línguas em programas oficiais de ensino.

Preservar uma língua é também preservar uma visão de mundo, um modo de existir e de transmitir saberes ancestrais. Nesse sentido, a revitalização linguística deve ser compreendida como um compromisso ético e político com a diversidade cultural e a memória dos povos originários. A sustentabilidade etnolinguística ultrapassa a dimensão educacional, abarcando também aspectos territoriais, ambientais e sociopolíticos que sustentam a vida indígena.



REFERÊNCIAS

- CAPRA, Fritjof. As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável. São Paulo: Cultrix, 2002.
- FERREIRA, D. L.; RIBEIRO, E. M. Diversidade etnolinguística: as línguas nativas no Baixo Amazonas numa perspectiva sustentável. Monografia (Graduação em Letras) — Universidade do Estado do Amazonas, Parintins, 2020.
- GODET, Michel. A caixa de ferramentas da prospectiva estratégica. Lisboa: CEP, 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022. Disponível em: [<https://censo2022.ibge.gov.br/resultados.html>] (<https://censo2022.ibge.gov.br/resultados.html>). Acesso em: 10 jun. 2022.
- ISIDORO, E. Colonialismo linguístico e identidade cultural indígena. Revista de Estudos Amazônicos, v. 4, n. 2, 2006.
- LYONS, John. Linguagem e Linguística: uma introdução. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCN). Ensino Médio – Parte I: Bases Legais; Parte II: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Brasília: MEC, 2000.
- PEREIRA, E. Língua, território e memória indígena: fundamentos para uma educação bilíngue. Manaus: EDUA, 2011.
- RIBEIRO, E. M.; FERREIRA, D. L. Sustentabilidade etnolinguística: as línguas nativas remanescentes no Baixo-Amazonas numa perspectiva interdisciplinar. Revista Ecos, v. 33, n. 2, Cáceres – MT, 2022.
- RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. Línguas nativas: 500 anos de descobertas e perdas. D.E.L.T.A., v. 9, n. 1, p. 83–103, 1993.
- RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. A originalidade das línguas indígenas brasileiras. ComCiência – Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, SBPC, n. 23, ago. 2001.
- SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- SOARES, Luiz Felipe. Panorama da família linguística Macro-Tukano. Revista Brasileira de Linguística Antropológica, v. 13, n. 1, 2021.
- SOUSA, M. F.; ANTUNES, L. Etnolinguística e cultura: a linguagem como representação simbólica. Revista de Linguagem e Cultura, v. 9, n. 2, 2017.
- UNESCO. Atlas das línguas em perigo no mundo. Paris: UNESCO, 2003.

